



Simulado Final

TCE PA

Auxiliar de Controle Externo

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCE-PA (Auxiliar de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auxiliar de Controle Externo do TCE-PA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FPVdKLbVNjWXmaxS8>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/tVFb>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Assinale a frase que apresenta um modo de organização discursiva diferente do injuntivo.

- a) Viva cada dia como se fosse o último.
- b) Não tente antecipar a aposentadoria e postecipar juventude.
- c) Não matará seu filho adolescente de vergonha.
- d) Quem não vive a infância morre infantil.
- e) Não deixe de fazer amanhã o que pode fazer hoje.

02. Assinale a opção em que não está presente uma expressão ou termo indicativo de causa.

- a) Os pais, por amarem demais, acabam por causar desamor nos filhos.
- b) Como não há governo, cada um preside sua própria vida.
- c) A inteligência é um paradoxo: quanto menos você tem, menos sente falta.
- d) A utilidade do prazer cai na medida em que o prazer se tornou muito banal.
- e) Eu permaneço calado porque não tenho nada a dizer.

03. *O primeiro cargo público que exerci foi o de Analista Judiciário – Área 1. Eu sempre tentava carreiras que pagavam bem. Depois, aos 30 anos, tentei continuar estudando para concursos, migrando para área de controle, nos quais não logrei êxito. Eu já não tinha o mesmo foco e fui desenvolvendo novos hobbies, não priorizava mais o estudo.*

Sobre as informações contidas no texto, uma inferência válida é:

- a) o narrador ocupou vários cargos públicos;

b) há pelo menos uma carreira pública que não paga bem;

c) há muitas áreas para a carreira de Analista Judiciário;

d) aos 30, o narrador parou de estudar para concurso;

e) o narrador não tinha hobbies anteriores ao tempo narrado.

04. *Conhecido como "sapo marinho", "sapo gigante" ou "sapo-cururu", o venenoso *Rhinella marina* é nativo da América do Sul e costuma se alimentar de insetos. Em 1935, para ajudar a Austrália a se livrar de uma infestação de besouros nas plantações de cana-de-açúcar, foram levados para o país 101 exemplares da espécie. No entanto, os recém chegados não forneceram a ajuda esperada e ainda por cima se multiplicaram rapidamente, tornando-se uma praga e afetando as espécies nativas.*

*Os 101 sapos que começaram a colonização da espécie na Austrália se adaptaram tão bem e se reproduziram tanto que hoje existem mais de 200 milhões de sapos-cururu no país. Um número alto demais para qualquer um, inclusive para os próprios sapos. Com o tempo, a competição por alimentos ficou tão acirrada que o *Rhinella marina* desenvolveu um novo comportamento de defesa: o canibalismo!*

Pelas características e estruturação apresentadas, o texto acima deve ser classificado como predominantemente:

- a) dissertativo argumentativo;
- b) dissertativo expositivo;
- c) injuntivo e descritivo;
- d) descritivo e narrativo;
- e) narrativo.

05. Assinale a alternativa em que a preposição não é exigida por um termo anterior.

- a) Todos desconfiam dos políticos.
- b) O medo de perder direitos gera pânico.
- c) O mercado de imóveis está muito inflacionado.
- d) Estude independentemente das condições desfavoráveis.
- e) O controle de gastos é a nossa maior prioridade.

06. A ordem dos termos em um sintagma nominal é relevante para a análise do sentido e da classe dos seus constituintes. No segmento "*certas atitudes*", a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) filme interessante
- b) som alto
- c) pobre menina
- d) bom caçador
- e) várias regiões

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) pombo-correio;
- b) sub-emprego;
- c) intra-ativos;
- d) super-resilientes;
- e) antiético.

08. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Diretor e Presidente discutiram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontramos o gato desconfiado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

09. O adjetivo de relação é aquele que apresenta valor semântico objetivo, isto é, não expressa subjetividade ou ponto de vista; é derivado por sufixação de um substantivo; é posposto ao substantivo; e não admite variação em grau.

Assinale a alternativa em que o adjetivo não corresponde à definição acima

- a) países asiáticos;
- b) liberdade econômica;
- c) leis tributárias;
- d) países livres;
- e) segurança jurídica.

10. Considere o seguinte argumento: "Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."

O raciocínio acima se fundamenta em uma falácia. Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre o raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização precipitada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

medidas do segmento AB, em centímetros, é igual a:

- a) 54
- b) 96
- c) 70
- d) 126
- e) 144

12. Em uma sala de aula de um colégio de Belém do Pará, 56 crianças ocupavam todas as 16 mesas disponíveis. Sabe-se que algumas mesas eram ocupadas por 4 crianças, que faziam colagens, e outras por apenas duas crianças, que tinham outra atividade. Se cada ocupante das mesas com 4 crianças recebeu um bastão de cola, então o número desses bastões distribuídos pela professora foi de

- a) 48
- b) 44
- c) 40
- d) 36
- e) 32

13. Três supermercados de Belém do Pará cobram valores diferentes por um mesmo saco de arroz. O arroz mais barato apresenta preço 25% menor do que o arroz de valor intermediário, e o arroz mais caro apresenta preço 35% maior do que esse arroz de valor intermediário. Para que o arroz mais barato iguale o seu preço ao arroz mais caro, o arroz mais barato deve ter seu preço aumentado em:

- a) 60%
- b) 65%
- c) 35%
- d) 80%
- e) 50%

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

11. Considere que A, B e C são três pontos distintos em uma reta. O segmento AB é igual ao triplo do segmento BC. O segmento AC mede 64 centímetros. Desse modo, uma das possíveis

14. Wellington empilhou 125 cubos brancos de aresta 1 cm de modo a formar um único cubo maior. Após isso, pintou todas as faces do cubo maior de azul e, após a tinta secar, separou novamente os 125 cubos. Ao examiná-los com cuidado, Wellington percebeu que o número de cubos que estavam com uma única face pintada de azul era igual a

- a) 48
- b) 54
- c) 72
- d) 90
- e) 98

15. Considere duas grandezas positivas A e B. Quando o valor de A é igual a 36, o valor de B é igual a 2. Sabendo-se que a grandeza B é inversamente proporcional à raiz quadrada da grandeza A, quando o valor de A é igual a 9, o valor de B é igual a

- a) $1/4$
- b) $1/2$
- c) 1
- d) 2
- e) 4

16. Considere um conjunto formado por doze números reais, sendo seis positivos e seis negativos. O número de maneiras de se escolher quatro elementos do conjunto de modo que o produto destes elementos seja um número positivo é:

- a) 225
- b) 235
- c) 245
- d) 255
- e) 265

17. Considere a afirmação:

“Todo concurseiro estudioso é aprovado”

A partir dessa afirmação, é correto concluir que

- a) existe concurseiro estudioso que não é aprovado.
- b) não existe concurseiro que não seja aprovado e não seja estudioso.
- c) se um concurseiro não é aprovado então não é estudioso.
- d) se um concurseiro não é estudioso então não é aprovado.
- e) se um concurseiro é aprovado então é estudioso.

18. Observe a sequência a seguir:

$$\frac{1}{2023}; \frac{3}{2022}; \frac{9}{2019}; \frac{27}{2010}; \frac{81}{1983}; \dots$$

Mantendo-se o padrão da sequência, considere que X é a primeira fração maior do que 1. O valor de X-1 é:

- a) $\frac{45}{490}$
- b) $\frac{750}{685}$
- c) $\frac{684}{850}$
- d) $\frac{1257}{930}$
- e) $\frac{1280}{1659}$

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

19. Em uma reunião no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o servidor João, que ocupa um cargo efetivo, discutia com sua colega Ana, contratada temporariamente, sobre as responsabilidades e comportamentos exigidos pelo Código de Ética da instituição. Durante a conversa, eles debateram sobre quem é abrangido por esse Código e quais são os princípios que devem nortear suas condutas.

Com base no Código de Ética do TCE-PA, responda à seguinte questão:

Segundo o Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), quais servidores são abrangidos por suas normas e que princípios devem guiar suas condutas?

- a) Os servidores efetivos e comissionados, devendo seguir princípios como legalidade, dignidade e discricção.
- b) Apenas os servidores efetivos, devendo seguir princípios como moralidade, publicidade e decorum.
- c) Todos os servidores efetivos, comissionados e temporários, bem como aqueles de outras instituições que prestem serviços ao Tribunal, devendo seguir princípios como legalidade, dignidade, publicidade, decoro, zelo, eficácia e consciência ética e moral.
- d) Somente os servidores efetivos e temporários, devendo seguir princípios de legalidade, publicidade, eficiência e moralidade.
- e) Os servidores efetivos e aqueles de outras instituições que prestem serviços ao Tribunal, devendo seguir princípios de legalidade, eficiência e publicidade.

20. Durante um treinamento para novos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o instrutor, servidor Antônio, destacou a importância dos princípios e valores fundamentais que devem guiar suas ações. Ele apresentou diversos casos hipotéticos para ilustrar esses princípios e valores no contexto do dia a dia do Tribunal.

Com base nos princípios gerais estabelecidos pelo Código de Ética do TCE-PA, responda à seguinte questão:

Quais são os princípios e valores fundamentais que devem ser observados pelos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) no exercício de seu cargo ou função?

- a) Interesse público, impessoalidade, transparência, eficiência, integridade, independência, neutralidade político-partidária e sigilo profissional.
- b) Defesa do patrimônio público, legalidade, moralidade, respeito, qualidade dos serviços públicos, objetividade, neutralidade ideológica, competência e desenvolvimento profissional.
- c) Interesse público, defesa do patrimônio público, legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência, honestidade, dignidade, respeito, decoro, qualidade dos serviços públicos, eficiência, equidade, integridade, independência, objetividade, imparcialidade, neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica, sigilo profissional, competência e desenvolvimento profissional.
- d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, dignidade, respeito, eficiência, integridade, objetividade, imparcialidade, neutralidade político-partidária, sigilo profissional e competência.
- e) Interesse público, legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência, honestidade, decoro, eficiência, integridade, imparcialidade, neutralidade religiosa, sigilo profissional e desenvolvimento profissional.

21. Durante uma simulação de procedimento disciplinar no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a equipe de servidores participou de uma atividade prática sobre como lidar com infrações éticas. Carlos, um dos servidores, levantou uma dúvida sobre as etapas do processo ético conforme descrito no Código de Ética.

Com base no Código de Ética do TCE-PA, responda à seguinte questão:

Segundo o Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), como é conduzido o processo ético em caso de descumprimento das disposições do Código, e quais são os direitos e prazos estabelecidos para o interessado?

- a) O processo ético é instaurado somente por representação fundamentada e deve ser arquivado se não for acompanhado de documentação comprobatória, com o interessado podendo apresentar defesa em 10 dias.
- b) O processo ético é instaurado de ofício ou por representação fundamentada, sendo arquivado se não cumprir os requisitos do caput; o interessado tem 15 dias para defesa e pode recorrer em igual prazo.
- c) A instauração do processo ético depende de decisão judicial, o interessado tem 30 dias para defesa, e o recurso deve ser interposto em 20 dias após a intimação.
- d) O processo ético deve ser instaurado exclusivamente por representação fundamentada, e o interessado tem 15 dias para defesa, sem direito a recurso.
- e) O processo ético é instaurado de ofício, sem necessidade de documentação comprobatória; o interessado pode apresentar defesa em 15 dias e recorrer em 10 dias após a decisão.

22. No Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o servidor Paulo foi acusado de causar um prejuízo ao erário devido a um ato omissivo durante o desempenho de suas funções. Durante a investigação, discutiu-se a responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor, conforme o Estatuto dos Servidores do Estado do Pará.

Com base no Estatuto dos Servidores do Estado do Pará, responda à seguinte questão:

De acordo com o Estatuto dos Servidores do Estado do Pará, como se configura a responsabilidade do servidor pelo exercício irregular de suas atribuições e quais são as consequências na esfera civil, penal e administrativa?

- a) O servidor responde administrativamente por atos dolosos ou culposos que causem prejuízo, e a absolvição judicial sempre impede a aplicação de sanções administrativas.
- b) A responsabilidade civil do servidor decorre apenas de atos dolosos, e as sanções civis, penais e administrativas são interdependentes.
- c) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições; a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, e as sanções são independentes entre si.
- d) A responsabilidade penal do servidor é preponderante sobre a civil e a administrativa, e a absolvição judicial sempre repercute na esfera administrativa, afastando qualquer sanção.
- e) O servidor responde apenas administrativamente por atos que causem prejuízo ao erário, e a responsabilidade civil é limitada aos prejuízos causados dolosamente.

23. No Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a servidora Maria cometeu uma infração leve e recebeu uma repreensão. Durante o processo administrativo, Maria questionou sobre os meios legais para a aplicação das penas disciplinares e os direitos assegurados aos servidores.

Conforme o Estatuto dos Servidores do Estado do Pará, quais são os procedimentos para a aplicação das penas disciplinares e quais direitos são assegurados aos acusados no processo administrativo?

- a) As penas de repreensão e suspensão são aplicadas por decreto, e a demissão por portaria; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem direito a reconsideração.
- b) As penas de repreensão e suspensão são aplicadas por portaria, e a demissão por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, além do direito de pedir reconsideração e recorrer da decisão.
- c) Todas as penas disciplinares são aplicadas por decreto, e são assegurados o contraditório e a ampla defesa, mas sem direito a reconsideração.
- d) As penas de repreensão e demissão são aplicadas por portaria, enquanto a suspensão é aplicada por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, e o servidor punido não pode recorrer da decisão.
- e) As penas de suspensão e demissão são aplicadas por portaria, e a repreensão por decreto; são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com direito a reconsideração, mas sem recurso.

24. O servidor do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), José, soube que estava sendo investigado por uma infração disciplinar. Durante a consulta com um colega, ele questionou sobre os prazos de prescrição das ações disciplinares e as circunstâncias que podem interromper esses prazos.

Segundo o Estatuto dos Servidores do Estado do Pará, quais são os prazos de prescrição das ações disciplinares e quais eventos podem interromper esses prazos?

- a) 5 anos para demissão, 2 anos para suspensão, 180 dias para repreensão; a abertura de sindicância interrompe a prescrição, mas a instauração de processo disciplinar não.
- b) 5 anos para demissão, 2 anos para suspensão, 1 ano para repreensão; a prescrição começa a correr da data da infração e não pode ser interrompida.
- c) 5 anos para demissão, 2 anos para suspensão, 180 dias para repreensão; a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final.
- d) 10 anos para demissão, 5 anos para suspensão, 2 anos para repreensão; os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares.
- e) 3 anos para demissão, 1 ano para suspensão, 180 dias para repreensão; a prescrição começa a correr da data da infração, e pode ser interrompida pela abertura de sindicância, mas não pela instauração de processo disciplinar.

**HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS
DO ESTADO DO PARÁ***Sérgio Henrique*

25. A respeito da população indígena, podemos dizer que:

- a) As taxas de natalidade são baixas e a expectativa de vida é alta. Há um predomínio de crianças e jovens indígenas.
- b) Segundo o último censo, há cerca de 817.962 indígenas em 488 terras indígenas que, em exclusividade e pelo processo de colonização, falam apenas o português.
- c) Os indígenas que habitam fora de suas terras também apresentam altas taxa de fecundidade e mortalidade. Em Altamira e em Jacareacanga, por não ter terras indígenas declaradas, a maioria convive nas cidades em bairros pobres.
- d) O Estado brasileiro conta com um órgão indigenista chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que foi criado em 1967 pela lei 5.371. Foi responsável pela criação de diversas terras indígenas, como a terra indígena Sororó em Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia.
- e) A população indígena no país sofreu um enorme decréscimo devido aos extermínios, epidemias e escravidão foram os principais motivos dessa redução. Atualmente ameaçam as comunidades indígenas as atividades de garimpo ilegal, como na reserva Munduruku, no sudoeste do estado.

26. Assinale a alternativa correta.

- a) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano, por exemplo em áreas suscetíveis às inundações, por isso as enchentes são controladas na RMB pois o planejamento urbano rígido conseguiu superar essa vulnerabilidade.
- b) A RMB possui uma das mais extensas redes urbanas do país e polariza os principais fluxos paraenses, com forte influência no Centro Oeste e leste do Amazonas.
- c) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano e proliferaram favelas nas baixadas, que além da falta de infraestrutura, principalmente sanitária, são espaços em que os jovens estão submetidos à influência do tráfico de drogas e das facções criminosas.
- d) A RMB é a única região metropolitana do estado com densa conurbação dos municípios.
- e) O processo de urbanização acelerado nas últimas décadas levou à uma ocupação irregular do solo urbano, que entre outros problemas, a gentrificação dos espaços degradados, que aumenta sensivelmente a vulnerabilidade social.

27. Texto I

Enchentes deixam mais de 500 famílias desabrigadas em Rio Maria, no Pará. São 2,7 mil pessoas afetadas, segundo a Defesa Civil Municipal. Prefeitura decretou emergência. G1 Pará — Belém 31/01/2024

Texto II

Em Marabá, Estado começa a cadastrar famílias atingidas pelas enchentes. A meta é beneficiar cerca de 1,6 mil famílias que tiveram suas casas atingidas pelas águas dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Agência Pará 24/03/2023

As causas desse cenário estão associadas:

- a) ao crescimento ordenado desses municípios nas margens do rio e a falta de uma política eficiente por parte do poder público.
- b) a falta de planejamento urbano, aos problemas relacionados ao represamento dos rios da região e ao aumento do volume de chuvas em determinados períodos do ano.
- c) a implantação de grandes projetos, a migração e o desenvolvimento da atividade agrícola no leito dos principais rios da região, com destaque para o rio Amazonas.
- d) a intensa atividade de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias nos portos presentes nestes rios, despejando toneladas de dejetos em suas margens.
- e) aos desmatamentos causados pelas atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos rurais existentes na região que destroem a mata ciliar.

28. Um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que o Brasil seria beneficiado em termos de aumento do produto interno bruto (PIB), de investimentos e de ganhos na balança comercial caso o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia entre em vigor. Entre 2024 e 2040, o acordo provocaria um crescimento de 0,46% no PIB brasileiro — o equivalente a US\$ 9,3 bilhões a preços constantes de 2023 —, em relação ao cenário de

referência. O estudo mostra também que, em termos relativos, o país obteria ganhos maiores que os da União Europeia (aumento de 0,06% no PIB) e dos demais países do Mercosul (alta de 0,20%). As negociações entre os dois blocos se arrastam há 25 anos e o tema voltou às manchetes na semana passada, quando a Comissão Europeia reiterou o interesse em concluir o acordo, apesar da oposição da França. Os autores consideraram como referência os dados e projeções de PIB feitas pelo Fundo Monetário Internacional para os anos de 2014 a 2026. Até 2040, as taxas de crescimento do último ano foram replicadas.

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14875-acordo-de-livre-comercio-entre-mercosul-e-uniao-europeia-traria-beneficios-economicos-para-o-brasil>

Assinale a alternativa que indica um impacto ambiental que o acordo acarretará:

- a) o aumento da produção industrial e do uso de tecnologia no processo de desmatamento são os fatores responsáveis pelo aumento dos indicadores referentes ao desmatamento na região.
- b) o aumento dos desmatamentos está relacionado a expansão da agropecuária, uma das atividades mais recentes dentre as desenvolvidas na região nos últimos anos.
- c) o aumento dos desmatamentos está associado a expansão da fronteira agrícola e das áreas de plantations, fato que pode ser agravado com o aumento da produção de commodities agropecuárias para a exportação para a U.E.
- d) o aumento dos desmatamentos está associado a expansão do cultivo da soja, fato que pode ser reduzido com a produção de dendê, matéria prima para produção biocombustíveis na região.
- e) o aumento dos desmatamentos está associado ao crescimento das grandes cidades e ao processo de migração constantes na região, sobretudo pelo aumento dos investimentos no campo do turismo.

29. As Unidades de Conservação (UCs), divididas em dois grupos, são protegidas pelo Governo Federal e gerenciadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Esse sistema estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação e é regido pela Lei nº 9.985, de julho de 2000. A respeito do tema, julgue os itens a seguir:

I - As Unidades de Proteção Integral podem ser de cinco tipos, são eles: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre.

II – Dentre as unidades de conservação de proteção integral estão os Parques Nacionais, que visam à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. São de posse e domínio públicos. O Parna Jamanxim é bastante afetado pela pressão do avanço da fronteira agrícola.

III – A Floresta Nacional do Jamanxim é uma unidade de uso sustentável, criada para fortalecer a proteção dada à região afetada pelo desmatamento ilegal e grilagem de terras.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) todas as proposições estão corretas.

30. Assinale a alternativa correta.

- a) A ilha de Marajó, banhada pelos rios Xingu e Amazonas, é um dos principais pontos turísticos da região, com destaque para o artesanato marajoara.
- b) O Parque Indígena do Xingu, localiza-se na região nordeste do Estado do Pará, apresentando potencial para instalação de usinas hidrelétricas, como Belo Monte, no rio Xingu.
- c) Criado em 1985 pelo Governo Federal, o Programa Calha Norte tem como objetivo principal a manutenção da soberania da Amazônia,

contribuindo para a promoção de seu desenvolvimento ordenado e sustentável. O projeto está presente também na Ilha do Marajó (PA) e na região ao sul da bacia do Amazonas, alcançando os limites dos estados de Rondônia e Mato Grosso.

d) O governo do Pará e a FUNAI (Fundação Nacional de Amparo ao Índio) analisaram em conjunto projetos que autorizam a exploração de ouro nas bordas do rio Tapajós e Xingu, pela ausência de conflitos.

e) A revolta de cabanos durante o período regencial (1831 – 1840), revolta esta que obteve êxito até o início do segundo reinado e foi a maior revolta de escravos ocorridas no país.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

31. Luana, com 17 anos completos, não consegue exprimir sua vontade de forma permanente.

Neste caso, de acordo com o Código Civil, Luana:

- a) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não correndo contra ela a prescrição.
- b) é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, mas contra ela corre a prescrição.
- c) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, não correndo contra ela a prescrição.
- d) é incapaz, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, mas contra ela corre a prescrição.
- e) não é incapaz, absoluta ou relativamente, mas contra ela não corre a prescrição.

32. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico;
- b) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes;
- c) o direito à sucessão aberta;
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- e) as janelas retiradas de um prédio demolido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

34. Analise as seguintes afirmativas:

- I - Paul tem 25 anos, é franco-brasileiro, tendo se naturalizado no Brasil em 2022, e pretende se candidatar a prefeito do município Beta em 2024.
- II - Laís é brasileira nata, tem 26 anos e pretende se candidatar a Senadora pelo Estado Alfa em 2026.

III - Larissa é brasileira nata, tem 30 anos, não possui cargo eletivo, é filha do Vice-Presidente da República eleito em 2022 (mandato 2023 a 2027) e pretende se candidatar a Governadora do Estado Zeta em 2026.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Paul não poderá ser candidato, Laís e Larissa sim.
- b) Larissa não poderá ser candidata, Paul e Laís sim.
- c) Paul e Larissa poderão ser candidatos, Laís não.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

35. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

36. A respeito da eficácia das normas constitucionais, nos termos da clássica definição de José Afonso da Silva, indique a assertiva que contenha norma constitucional de eficácia contida:

- a) “Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (art. 5º, inciso III, da CF).
- b) “Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos” (art. 230, § 2º, da CF).
- c) “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (art. 5º, XV, da CF).
- d) “A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública” (art. 88 da CF).
- e) “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacidade tecnológicas” (art. 218 da CF).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

37. No bojo de processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, Pedro, na condição de interessado, interpôs recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso de Pedro:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.

e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

38. Considere que o Município paraense Alfa foi inscrito em cadastros restritivos federais em virtude de irregularidades ocorridas em gestão do prefeito João, inobstante a prefeita sucessora, Maria, tenha tomado as providências necessárias ao ressarcimento dos danos patrimoniais observados.

Quanto à inscrição do município nos cadastros restritivos, assinale a assertiva correta:

- a) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município, com fundamento no princípio da autotutela.
- b) É legítima a inscrição do município, ante a violação ao princípio da legalidade.
- c) É legítima a inscrição do município, com fundamento no princípio da especialidade.
- d) Não pode ocorrer ou permanecer a inscrição do município, com fundamento no princípio da intranscendência subjetiva das sanções.
- e) É legítima a inscrição do município, pelo poder público federal, princípio da autonomia federativa.

39. Considerando a jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- b) A garantia do salário-mínimo refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.
- c) O Judiciário está autorizado, em apelo ao princípio da isonomia, a aumentar remunerações dos servidores públicos.
- d) Funcionário em estágio probatório pode ser exonerado sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.
- e) Os servidores inativos fazem jus à percepção do auxílio-alimentação legalmente concedido aos servidores em exercício do cargo.

40. Cabe ao poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar, EXCETO:

- a) gestão transparente da informação, propiciando seu amplo acesso e divulgação.
- b) proteção da informação e a garantia de sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
- c) proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- d) garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- e) disponibilização do acesso às informações em múltiplas plataformas tecnológicas, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo da prestação de caráter presencial.

NOÇÕES DE CONTROLE EXTERNO - LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO DO TCE-PA

Herbert Almeida

41. Jorge foi condenado pelo Tribunal de Contas do Pará ao pagamento de multa simultaneamente com a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança. Irresignado com a penalidade, Jorge buscou ajuda de advogado, buscando entender melhor as características dessa penalidade. Nessa situação, ele foi corretamente informado de que:

- a) a competência para aplicar a pena é do Plenário do TCE, mediante decisão da maioria absoluta dos membros.
- b) a sanção não poderia ser aplicada cumulativamente com a multa.
- c) o prazo da inabilitação não será superior a cinco anos.
- d) a inabilitação é uma consequência do julgamento das contas pela irregularidade.
- e) a inabilitação alcança a administração estadual e municipal.

42. Ana foi condenada pelo Tribunal de Contas do Pará ao pagamento de multa e as suas contas, em processo de prestação de contas, foram julgadas irregulares. Imediatamente, Ana juntou a documentação necessária para impugnar a decisão da Corte. Nessa situação, o instrumento de recurso cabível será o:

- a) recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, no prazo de até 15 dias.
- b) recurso de reexame, no prazo de 30 dias, com efeito suspensivo.
- c) embargos de declaração, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 dias.
- d) agravo regimental, no prazo de dez dias, com efeito suspensivo.
- e) pedido de rescisão, no prazo de um ano, com efeito suspensivo.

43. Determinado Secretário de Estado do Pará está em dúvidas sobre a aplicação de dispositivos da legislação de licitações. A sua assessoria jurídica informou que o assunto era de ampla complexidade e divergência, motivo pelo qual propôs a apresentação de consulta ao Tribunal de Contas do Estado. Acerca desse tema, pode-se afirmar que:

- a) o Secretário de Estado não goza de legitimidade para formular consulta, devendo encaminhar o processo ao Governador, autoridade legitimada no âmbito do Poder Executivo do estado.
- b) a consulta deverá ser formulada em tese, exigindo decisão unânime para constituir caráter normativo e prejudgamento de tese.
- c) o Tribunal não goza mais de competência para decidir consulta, uma vez que o Supremo Tribunal Federal considerou que a Corte não analisa a constitucionalidade de norma.
- d) as decisões emitidas pela maioria do Plenário terão caráter normativo, constituindo prejudgamento de tese, mas não do fato ou do caso concreto.
- e) a consulta poderá ser respondida de forma monocrática por Conselheiro do Tribunal, sempre que a matéria tratar de dispositivo que envolva as competências da Corte de Contas.

44. João é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Pará e foi designado pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antônio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antônio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

45. A atividade administrativa se submete a um conjunto de controles, que buscam não só assegurar o cumprimento das leis, como também o alcance de bons resultados. Nesse contexto, os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativos de natureza jurisdicional.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

46. Sobre a natureza dos tribunais de contas, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O Tribunal de Contas da União – TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despidido de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

47. Considerando a competência constitucional dos tribunais de contas para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O Tribunal de Contas não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O Tribunal de Contas não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.
- d) A competência técnica do Tribunal de Contas, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) No caso de concessão de revisão geral anual que impacte no valor da aposentadoria concedida, o ato de aposentadoria deverá ser submetido novamente ao registro do Tribunal de Contas.

48. A empresa estatal Alfa foi instituída com recursos da União e do Pará. Após as devidas negociações, ficou acertado que a União contribuiria com 49% do capital da entidade, enquanto o estado do Pará contribuiria com 51%, tendo, assim, o controle acionário.

Alguns anos após a constituição, o TCU julgou tomada de contas especial, considerando que o gestor da empresa estatal Alfa não lhe prestou contas. Em resposta, o gestor informou que não fez a prestação de contas, uma vez que a empresa estatal Alfa não estava sujeita à jurisdição do TCU.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a resposta do gestor está:

- a) incorreta, uma vez que a empresa estatal Alfa se encontra sujeita à jurisdição do TCU e do TCE-PA, na medida da contribuição de cada ente Federativo para a formação do capital da entidade.
- b) correta, pois se trata de matéria de autonomia federativa, uma vez que a União não pode adotar medidas invasivas sobre órgãos, entidades ou sociedades sob o controle de poder público de outro ente da Federação.
- c) correta em partes, pois o TCU não poderia instaurar tomada de contas especial, mas poderia julgar as contas ordinárias, em relação ao capital da União.
- d) correta, pois o TCU não exerce jurisdição sobre empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) incorreta, uma vez que o TCU, como Entidade Fiscalizadora Superior, pode exercer o controle sobre empresas estatais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

49. Sobre as entidades fiscalizadoras superiores – EFS é correto afirmar que:

- a) o Brasil adotou o sistema de tribunal ou corte de contas, já que sua EFS é organizada em estrutura colegiada, com força coercitiva e, em sentido impróprio, com poder judicante.
- b) o modelo brasileiro aproxima-se mais do sistema adotado nos países do *common law*.
- c) o sistema adotado no Brasil é rígido, já que não se admite a mistura entre os sistemas de auditorias-gerais e de cortes de contas.
- d) a Constituição Federal basicamente não prevê competências ou prerrogativas para a EFS nacional, quando comparada com as constituições de outros países.
- e) alguns autores consideram que o TCU adotou o modelo latino-americano, caracterizado pelo exercício de competência jurisdicional, em sentido típico, e pela vinculação ao Poder Judiciário.

50. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria).
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

51. A Gestão das Políticas Públicas no Brasil tornou-se um processo institucionalizada nos últimos tempos. A literatura acerca da matéria é muito diversa e rica, permitindo a análise desde a fase inicial, de construção do problema, até a avaliação final, de verificação dos resultados alcançados. Nesse caso, é incorreto afirmar que:

- a) São consideradas políticas governamentais as políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais.

- b) Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.
- c) A abordagem estadocêntrica considera políticas públicas apenas as que surgem do poder estatal.
- d) O conceito de política pública é único e seguido por todos os autores que tratam do tema.
- e) O ciclo de políticas públicas é uma ferramenta analítica que permite analisar em separado as várias fases de uma política pública.

52. As políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas, podendo ser conduzidas segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos / tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

53. A governança pública reflete a forma de relacionamento dos diversos atores no contexto da administração e retrata a interação e o papel das diversas instâncias, a exemplo do Congresso Nacional que pode ser entendido, como uma instância:

- a) interna de apoio à governança;
- b) interna de governança;
- c) autônoma de administração tática;
- d) externa de apoio à governança;
- e) externa de governança.

54. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, accountability, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability não afeta a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade leva a uma boa governança.

55. Um dos métodos mais utilizados pela administração pública para medição e gestão de desempenho do planejamento estratégico é o Balanced Scorecard – BSC. Sobre o tema, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- () Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.
- () Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.

- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

56. O exercício da cidadania envolve a utilização de vários instrumentos que permite a participação social e a interação entre o Estado e a sociedade. Acerca do tema, analise as afirmativas.

- I. Os conselhos gestores são espaços públicos estatais que possibilitam a representação de interesses coletivos na definição e acompanhamento das políticas públicas.
- II. Os contribuintes recebem poder para fiscalizar a eficiência na aplicação dos recursos públicos enquanto os consumidores dos serviços públicos recebem poder para avaliar a eficácia na utilização dos recursos públicos.
- III. O servidor público deve ter uma nova visão do papel do cidadão, não somente como usuário ou cliente, mas, sobretudo, deve considerar a prestação de serviços públicos como um processo de coprodução em que a responsabilidade é compartilhada em todas as suas etapas.

As afirmativas são, respectivamente.

- a) V, F e V.
- b) F, V e V.
- c) F, F e V.
- d) V, V e F.
- e) V, F e F.

57. As políticas públicas podem ser classificadas em diferentes tipologias, a exemplo do modelo de Lowi, que as classifica conforme o critério de impacto nos beneficiários. Considerando esse critério, é correto afirmar que as políticas do sistema tributário e previdenciário são, respectivamente, políticas:

- a) constitutiva e distributiva;
- b) regulatória e distributiva;
- c) distributiva e redistributiva;
- d) ambas redistributivas;
- e) ambas distributivas.

58. O ciclo de políticas públicas inclui a construção de agendas, elaboração e escolha da alternativa de solução, implementação, monitoramento e avaliação. Essa última fase se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, permitindo a partir dela.

- a) A elaboração coletiva de métricas avaliativas.
- b) A definição participativa dos interesses dos atores envolvidos.
- c) As interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados individuais de avaliação.
- d) O processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações.
- e) A formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais.

59. A utilização de indicadores na administração pública permite o gerenciamento e a avaliação dos serviços a partir de critérios objetivos que gera em melhoria aos cidadãos. Acerca dos indicadores de desempenho na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do aumento no número de leitos disponibilizados por um governo para a sociedade.

II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.

III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire livros, fardamentos e merenda para as escolas, com um custo abaixo do valor planejado, mantendo os padrões de qualidade previstos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

60. Na modernidade, a aquisição de competências é condição essencial para que as organizações se tornem competitivas. Na administração pública várias medidas, inclusive compatíveis com a ordem constitucional, favorecem a gestão por competência, a exemplo da criação das escolas de governo para formação e aperfeiçoamento de pessoal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) No processo de gestão por competências, o mapeamento das competências humanas tem por objetivo aprimorar as competências organizacionais já disponíveis na instituição.
- b) No modelo de gestão por competências, a política de treinamento visa ao aumento do desempenho na função atual.
- c) No modelo de gestão por competências, a avaliação de desempenho e a gestão por competências são processos dissociados.
- d) No modelo de gestão por competências, a política salarial é focada na estrutura de cargos, com alto grau de diferenciação salarial entre eles.
- e) A gestão por competência envolve a definição de um processo contínuo de disseminação e recuperação de informações para os diversos níveis e setores da organização.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

61. O Objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio público, conjunto de bens, direitos e suas obrigações. Os bens públicos são classificados em: bens de uso especial, bens dominiais e bens de uso comum do povo. As opções a seguir descrevem corretamente características e definições relacionadas a esses bens, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Os bens de uso especial são aqueles em que a Administração Pública utiliza para atingir seus fins.
- b) Os bens dominiais são bens de domínio do Poder Público. São os bens que não possuem um fim específico.
- c) Nem todos os bens de uso comum do povo são objeto de controle pela contabilidade pública.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma da lei.
- e) Bens naturais, tais como rios, mares e praias fazem parte do patrimônio público objeto da contabilidade pública.

62. As variações patrimoniais são alterações que ocorrem no patrimônio de uma entidade e refletem os fatos que afetam a composição patrimonial. As opções a seguir indicam grupos de variações patrimoniais quantitativas aumentativas, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Ganhos com Ativos
- b) Benefícios Previdenciários
- c) Contribuições
- d) Desincorporação de Passivos
- e) Transferências Recebidas

63. Acerca dos restos a pagar, suprimento de fundos e despesas de exercícios anteriores, pode-se afirmar corretamente que:

- a) O suprimento de fundos consiste em adiantamento de numerário, sem registro orçamentário por ocasião da sua concessão, a servidor para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- b) Em geral, os restos a pagar não processados não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não poderá deixar de cumprir com a obrigação de pagar.
- c) Entre as hipóteses que ensejam o pagamento por meio da rubrica despesas de exercícios anteriores estão os restos a pagar com prescrição interrompida.
- d) Os entes federados não possuem autonomia para regulamentar os seus regimes de adiantamento, considerando-se a regulamentação realizada pela União.
- e) Os restos a pagar são controlados em contas contábeis de natureza de controle do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

64. Acerca da demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público e dos atos potenciais, assinale a opção correta:

- a) O balanço patrimonial está estruturado em quatro quadros, sendo um quadro principal e três quadros anexos.
- b) O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se as quatro classes de contas de natureza patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- c) Os ativos e passivos serão apresentados em níveis analíticos.
- d) Os saldos das contas intragovernamentais deverão ser incluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.
- e) Para fins de consolidação e consistência das informações, as entidades do setor público deverão utilizar a forma de apresentação dos ativos e passivos baseada na liquidez de modo preferencial.

65. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, analise as assertivas a seguir:

I – No âmbito do balanço financeiro, a discriminação por fonte / destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários.

II – Na estrutura do balanço patrimonial prevista pela Lei n. 4.320/64, os créditos empenhados a liquidar compõem o passivo financeiro.

III – O resultado patrimonial, evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, é um indicador de desempenho, pois representa um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) I e III, apenas
- e) I, II e III

66. O Município Audazes dos Pampas apresentou os seguintes dados financeiros que compõem o balanço financeiro do Ente:

| Descrição | Valores |
|--|-------------|
| Despesa Orçamentária | R\$ 511.440 |
| Recebimentos Extraorçamentários | R\$ 64.160 |
| Saldo em Espécie do Exercício Anterior | R\$ 234.624 |
| Receitas Orçamentárias | R\$ 631.240 |
| Pagamentos Extraorçamentários | R\$ 90.800 |
| Transferências Financeiras Concedidas | R\$ 20.000 |
| Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte | R\$ 360.424 |
| Transferências Financeiras Recebidas | R\$ 52.040 |

Considerando essas informações, o resultado financeiro do exercício foi de:

- a) R\$ 151.840
- b) R\$ 93.160
- c) R\$ 125.800
- d) R\$ 119.800
- e) R\$ 145.800

67. Acerca dos demonstrativos fiscais Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), assinale a opção correta:

- a) Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- b) O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar o aspecto fiscal da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- c) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) indica as medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado o limite da despesa total com pessoal.
- d) No último quadrimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) deverá conter o demonstrativo da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.
- e) Entre os demonstrativos que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) estão o balanço orçamentário e o balanço financeiro.

68. Acerca da dívida pública, operações de crédito e seus limites, assinale a opção correta:

- a) Cabe ao Congresso Nacional a definição de limites globais para o montante da dívida consolidada dos entes políticos.
- b) Integram a dívida consolidada apenas operações de crédito com prazo superior a doze meses.
- c) A base de cálculo dos limites da dívida consolidada dívida consolidada dos entes e para a dívida mobiliária federal são fixados em percentual da receita corrente.
- d) se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- e) A apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada bimestre, a fim de verificar o cumprimento do limite e evidenciá-lo no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

69. O Balanço Patrimonial de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, apresenta como

- a) ativo não circulante os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
- b) ativo não circulante as aplicações temporárias em metais preciosos.
- c) ativo não circulante o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.
- d) ativo imobilizado os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em

vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a doze meses.

- e) no passivo não circulante o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

70. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada, decorrente de superávit financeiro de exercícios anteriores e pela reabertura de créditos adicionais. Em relação ao superávit financeiro e a reabertura de créditos adicionais, essas duas fontes serão detalhadas no campo

- a) saldo de exercícios anteriores.
- b) dotação atualizada.
- c) receitas correntes.
- d) receitas de capital.
- e) previsão atualizada.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

71. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

72. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220
- d) 1230
- e) 1240

73. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

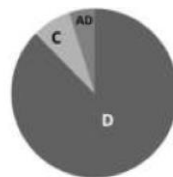
74. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

75. Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R\$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

- a) R\$ 5.270,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.300,00
- d) R\$ 5.360,00
- e) R\$ 5.330,00

76. Para fazer um gráfico de setores que representasse o número de alunos canhotos, destros e ambidestros em certo órgão público, a professora Maria fez o seguinte gráfico abaixo.



| | Nº de alunos da sala de aula |
|------------------|------------------------------|
| Destros (D) | 35 |
| Canhotos (C) | 3 |
| Ambidestros (AD) | 2 |

Quantos graus possui o setor circular correspondente aos destros no gráfico correto feito pela professora Maria?

- a) 300°.
- b) 310°.
- c) 315°.
- d) 320°.
- e) 325°.

77. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

| Número da residência | Número de moradores |
|----------------------|---------------------|
| Residência 1 | 4 |
| Residência 2 | 7 |
| Residência 3 | 3 |
| Residência 4 | 8 |
| Residência 5 | 3 |

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

78. Uma amostra aleatória das quantidades de erros cometidos em 40 repartições públicas apresentou uma soma de 1000 erros e uma variância de 100 erros ao quadrado. Qual o coeficiente de variação dessa amostra?

- a) 0,25
- b) 0,40
- c) 0,625
- d) 1,60
- e) 2,50

79. A respeito das técnicas de amostragem probabilística, **NÃO** é correto afirmar que

- a) na amostragem por conglomerado a população é dividida em diferentes grupos, extraído-se uma amostra apenas dos conglomerados selecionados.
- b) na amostragem estratificada, se a população pode ser dividida em subgrupos que consistem em indivíduos bastante semelhantes entre si, pode-se obter uma amostra aleatória em cada grupo.
- c) na amostragem aleatória simples se sorteia um elemento da população, sendo que todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados.
- d) na amostragem por voluntários a população é selecionada de forma a estratificar aleatoriamente os grupos selecionados.
- e) na amostragem sistemática os elementos da população se apresentam ordenados, e a retirada dos elementos da amostra é feita periodicamente.

80. Lulu entrou em uma aposta que consistia no lançamento de dois dados comuns (cada um com 6 faces numeradas de 1 a 6). Lulu vence aposta se os dois resultados forem números consecutivos. Qual é a probabilidade de Lulu ganhar a aposta?

- a) $\frac{5}{18}$
- b) $\frac{5}{36}$
- c) $\frac{5}{16}$
- d) $\frac{1}{6}$
- e) $\frac{1}{3}$

Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. A despeito de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
